

## **JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 26/2025**

Tasso Fragoso/MA, 24 de novembro de 2025.

**Senhor Presidente,**

**Senhores Vereadores,**

O presente Projeto de Lei Complementar visa promover ajustes necessários na Lei nº 222/2005 – Código Tributário Municipal de Tasso Fragoso –, especialmente quanto à definição do local de incidência tributária e à delimitação da responsabilidade tributária, garantindo maior segurança jurídica e alinhamento às normativas vigentes.

As alterações propostas reproduzem dispositivos já previstos na legislação federal e na própria Lei Complementar nº 116/2003, que regulamenta o ISS no país, assegurando coerência entre o sistema local e o sistema nacional.

Além disso, a atualização visa facilitar o entendimento dos contribuintes e aprimorar os mecanismos de fiscalização, arrecadação e responsabilidade do tomador de serviços, garantindo que o Município não incorra em renúncia fiscal. Ressalte-se que a omissão na cobrança de tributos legalmente instituídos caracteriza renúncia fiscal, podendo ensejar responsabilização administrativa, civil e penal conforme previsto na legislação aplicável.

Dessa forma, as modificações são imprescindíveis para modernizar a legislação tributária municipal, fortalecer a arrecadação e assegurar o cumprimento dos princípios constitucionais que regem o sistema tributário.

Justificadas, portanto, as razões da iniciativa e evidenciado o interesse público de que se reveste a medida, submeto o presente Projeto à elevada deliberação dos Senhores Vereadores, renovando votos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,

**KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA**

Prefeito Municipal de Tasso Fragoso/MA

**OFÍCIO Nº 247/2025 – GAB/PMTF**

Tasso Fragoso/MA, 24 de novembro de 2025.

Ao Senhor

**JAMISSON EVANGELISTA DE MACEDO**

Presidente da Câmara Municipal de Tasso Fragoso/MA

**Assunto:** Encaminhamento de Projeto de Lei Complementar nº 26/2025.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o Projeto de Lei Complementar nº 26/2025, que “Altera a Lei nº 222/2005 – Código Tributário Municipal de Tasso Fragoso, e dá outras providências”.

O referido Projeto trata de ajustes necessários na legislação tributária municipal, visando maior segurança jurídica, clareza normativa e aprimoramento da arrecadação.

Ressalta-se que, nos dispositivos em que o texto aparece idêntico ao da lei original, houve apenas reprodução literal, sem alteração de conteúdo, mantendo-se a redação legal vigente.

Diante disso, solicito a apreciação e votação da matéria por essa Colenda Casa Legislativa.

Renovo protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

**KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA**

Prefeito Municipal de Tasso Fragoso/MA

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 26 de 24 de novembro de 2025.**

**“Altera a Lei Nº 222/2005, de 16 de dezembro de 2005 – Código Tributário do Município de Tasso Fragoso, que dispõe sobre o Sistema Tributário Municipal e as Normas gerais de Direitos Tributário aplicáveis ao Município. Altera local de incidência tributária, delimita Responsabilidade Tributária.”**

**PREFEITO MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO**, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais que são dadas pela Constituição da República Federativa do Brasil e, de acordo com o que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - A Lei Nº 222/2005, de 16 de dezembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**Art. 52** – *(reprodução literal do texto legal vigente)*

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos nos subitens 7.02, 7.17 e 14.14;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 15.09 da lista de serviços.

**§ 5º.** Ressalvadas as exceções e especificações estabelecidas nos §§ 6º a 12 deste artigo, considera-se tomador dos serviços referidos nos incisos XXI, XXII e XXIII do **caput** deste artigo o contratante do serviço e, no caso de negócio jurídico que envolva estipulação em favor de unidade da pessoa jurídica contratante, a unidade em favor da qual o serviço foi estipulado, sendo irrelevantes para caracterizá-la as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

**§ 6º.** No caso dos serviços de planos de saúde ou de medicina e congêneres, referidos nos subitens 4.22 e 4.23 da lista de serviços. O tomador do serviço é a pessoa física beneficiária vinculada à operadora por meio de convênio ou contrato de plano de saúde individual, familiar, coletivo empresarial ou coletivo por adesão.

**§ 7º.** Nos casos em que houver dependentes vinculados ao titular do plano, será considerado apenas o domicílio do titular para fins do disposto no § 6º deste artigo.

**§ 8º.** No caso dos serviços de administração de cartão de crédito ou débito e congêneres, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços, prestados diretamente

aos portadores de cartões de crédito ou débito e congêneres, o tomador é o primeiro titular do cartão.

**§ 9º.** O local do estabelecimento credenciado é considerado o domicílio do tomador dos demais serviços referidos no subitem 15.01 da lista de relativos às transferências realizadas por meio de cartão de crédito ou débito, ou a eles conexos, que sejam prestados ao tomador, direta ou indiretamente, por:

I - bandeiras;

II - credenciadoras; ou

III - emissoras de cartões de crédito e débito.

**§ 10.** No caso dos serviços de administração de carteira de valores mobiliários e dos serviços de administração e gestão de fundos e clubes de investimento, referidos no subitem 15.01 da lista de serviços, o tomador é o cotista.

**§ 11.** No caso dos serviços de administração de consórcios, o tomador de serviço é o consorciado.

**§ 12.** No caso dos serviços de arrendamento mercantil, o tomador do serviço é o arrendatário, pessoa física ou a unidade beneficiária da pessoa jurídica, domiciliado no País, e, no caso de arrendatário não domiciliado no País, o tomador é o beneficiário do serviço no País.

**Art. 91 -** *(reprodução literal do texto legal vigente)*

**14.14 -** Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

**15.01 –** Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

**16.01 -** Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

**16.02 -** Outros serviços de transporte de natureza municipal.

**§ 5º.** No caso dos serviços descritos nos subitens 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

**Art. 93-A.** O tomador de serviços, quando reter o ISS na fonte, deverá comparecer na secretaria municipal de Receita para fazer o pagamento do imposto devido, por meio de guia individualizada, devendo também apresentar a Declaração

Mensal de Serviço Retido.

**Art. 95-A.** A responsabilidade tributária do tomador não dispensa o prestador do serviço do cumprimento das obrigações acessórias, inclusive, da emissão de documentos fiscais de prestação de serviço, tampouco o exonera de responder pelas infrações e pelo imposto devido em razão da discriminação incorreta, na nota fiscal de prestação do serviço, do valor do imposto a ser retido e dos atos praticados com dolo, fraude ou simulação.

**Art. 95-B.** O imposto retido e ou recolhido indevidamente, poderá ser restituído àquele que demonstrar o direito à devolução ou ser abatido de outros tributos a vencer.

§ 1.º A restituição deverá ser requerida, formalmente, por meio de pedido dirigido à secretaria municipal da fazenda, instruído de documentos comprobatórios da alegação.

§ 2.º Caso a documentação apresentada não seja suficiente, a autoridade competente, para analisar o pedido, poderá exigir outros documentos que entender necessários ao seu convencimento.

**Art. 95-C.** O tomador deverá dar, ao prestador de serviço que teve o seu ISS retido na fonte, o comprovante de retenção do imposto.

**Art. 3.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TASSO FRAGOSO, ESTADO DO MARANHÃO, AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.**

**KELSON RICHARD CARVALHO HOLANDA VIEIRA**

Prefeito Municipal de Tasso Fragoso/MA